



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

NÚCLEO DE CERTIFICAÇÃO E CONTROLE DE SANÇÕES

Telefones: (65) 3613-7564 / 7565

e-mail: sgat@tce.mt.gov.br

Ofício nº : 717/2019/NCCS

Ao Senhor

Cuiabá, 17 de julho de 2019

EDUARDO TOMIO IWASHITA

Presidente à época da Comissão Provisória de Licitação da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística

Rua Dr. Hélio Ribeiro, Quadra nº 08, Casa nº 36, Condomínio Bosque dos Ipes – Bairro Paiaguás

CEP: 78048-250

Cuiabá - MT

Prezado Senhor,

Conforme Acórdão nº 3640/2015-TP, publicado no Diário Oficial de Contas – TCE/MT do dia 01/02/2016, processo nº 29718/2014, este Tribunal julgou regulares as Contas Anuais de Gestão, relativas ao exercício de 2014 da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística e aplicou-lhe a multa de 22 UPFs/MT.

Foi constatado a interposição de embargos de declaração nº 33146/2016, ao qual foi negado provimento por meio do Acórdão nº 180/2016-TP, recurso ordinário nº 94838/2016, ao qual foi negado provimento e recurso ordinário nº 33464/2016, ao qual foi dado provimento parcial, no sentido de julgar irregulares as Contas Anuais de Gestão, ambos por meio do Acórdão nº 364/2019-TP.

Diante do exposto, de acordo com a competência estabelecida na Portaria 030/2014, **notifico** Vossa Senhoria quanto ao seguinte:

–Aplicação de **multa de 22 UPFs/MT**: Deverá ser recolhida ao Fundo de Reparcelamento e Modernização do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, **vencível em 01/09/2019**. Será aplicado o fator de redução de 45% sobre o valor da UPF/MT vigente na data de sua quitação, conforme Resolução nº 07/2014. O respectivo boleto se encontra disponível no endereço eletrônico deste Tribunal de Contas - www.tce.mt.gov.br/fundecontas. O recolhimento da multa por boleto bancário desobriga o responsável de sua comprovação. A multa poderá ser parcelada, desde que preencha os requisitos elencados no art. 290, da Resolução Normativa nº 14/2007-TCE/MT.

Caso o débito não seja quitado, os autos serão encaminhados ao órgão competente para a propositura de execução judicial, nos termos do art. 293, *caput*, da Resolução Normativa nº 14/2007-TCE/MT (com redação dada pela Resolução Normativa nº 20/2010).

Atenciosamente.

(Assinatura Digital)

MARCIA ELIANA SILVA ESPÍRITO SANTO

Coordenadora do Núcleo de Certificação e Controle de Sanções, em substituição legal

